

# Narrativas e práticas no ensino de história e cidadania no século XXI em tempos de pandemia de Covid-19<sup>1</sup>

Deijanete Pereira da Silveira Santos\*

“O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os  
homens presentes, a vida presente”

(Carlos Drummond de Andrade<sup>2</sup>)

## A educação e o ensino aprendizagem

A educação é o processo contínuo de aprendizagens ao longo da vida. Desta forma, facilita e aumenta a aquisição de conhecimentos, habilidades, hábitos, crenças e valores, garantem possibilidades para valorizar escolhas, ler o mundo, ampliar o campo do conhecimento e permite ter mais clareza sobre os acontecimentos históricos de modo geral. A Constituição Federal assevera em seu artigo 205 que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Percebe-se que, os estudos de Aranha (2006), afirma que, a história da educação é datada de cerca de 4.000 a.C., com o surgimento das primeiras escolas no Egito, que tinham como objetivo a organização do Império. Esse processo visava ensinar ofícios como: pesca, caça, plantação, construção. Já no Brasil, segundo a historiografia tradicional, foram os jesuítas que, em maior número e atuação efetiva, obtiveram resultado mais significativo, porque se empenharam na atividade pedagógica. Os jesuítas possuíam a visão de que o povo brasileiro eram pessoas rudes e atrasadas.

---

<sup>1</sup> Este artigo foi elaborado com base nas experiências adquiridas em sala de aula como professora de História e como supervisora do PIBID / UFBA/ICADES/UFOB.

\* Pedagoga, licenciada em História, bacharel em Direito e especialista em Docência do Ensino Superior e Mídias Digitais na Educação.

E-mail: deijanetepereira279@gmail.com

<sup>2</sup> Poeta da Literatura Brasileira.

## O ensino de história e sua trajetória

O ensino é a ação de ensinar ou instruir alguém e é necessária a interação de três elementos: o professor/docente, o aluno/discente e o objeto de conhecimento. História é uma ciência humana que estuda o desenvolvimento do homem no tempo. A História analisa os processos históricos, personagens e fatos para poder compreender um determinado período histórico. Um dos principais objetivos do ensino de História é resgatar os aspectos culturais de um determinado povo ou região para o entendimento do processo de desenvolvimento da humanidade. Na visão de Borges (1986), História é a palavra de origem grega, que significa investigação, informação. Ela surge no século VI a.C. Iniciou-se na região mediterrânea, nas regiões próximas da costa norte-africana e da Europa Ocidental.

De acordo com estudos de Aranha (2006), a história da educação é datada de cerca de 4.000 A.C., com o surgimento das primeiras escolas no Egito, que tinham como objetivo a organização do Império. Esse processo visava ensinar ofícios como: pesca, caça, plantação, construção.

Já no Brasil, de acordo a historiografia tradicional, os estudos de Aranha (2006), sinaliza que, foram os jesuítas em maior número e atuação efetiva, obtiveram resultado mais significativo, porque se empenharam na atividade pedagógica. Eles possuíam a visão de que os brasileiros eram pessoas selvagens e atrasadas, visão europeia daí a ideia de ação educativa baseada na catequização.

Assim, de acordo com as narrativas históricas e com o texto/documento Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), percebe-se, que os homens desde sempre sentem necessidade de explicar para si próprio sua origem, e a primeira forma de explicação surge nas sociedades primitivas, que é o mito, sempre transmitido em forma de tradição oral. Com o aparecimento da história a explicação mítica não desaparece, continua até hoje em várias manifestações culturais não como uma única forma de explicar a realidade, mas paralelas a outras, como a história.

Ainda de acordo com os PCN, a história como forma de explicação, nasce unida à filosofia. É a filosofia que vai tratar do conhecimento em geral, abranger todas as áreas do conhecimento que mais se firmam como autônomas, a exemplo de matemática, biologia, astronomia, psicologia etc. São os próprios gregos que descobrem a importância da explicação histórica. Heródoto é considerado o pai da história, por ser o primeiro a usar a palavra no sentido de investigação, pesquisa. “Eis aqui a exposição da investigação realizada por Heródoto de Halicarnasso para impedir que as ações realizadas pelos homens se apaguem com o tempo” (BORGES, 1986).

Dessa forma, a preocupação de Heródoto era registrar as ações que o homem desenvolvia em cada período, para que as novas gerações tivessem acesso e reconstruíssem seu próprio entendimento a partir dos tempos, contudo, sob um olhar do tempo presente, uma vez que, o passado não volta mais, e quem fala desse passado é alguém que vive no presente, utilizando de fontes e vestígios que lhes dê condições concretas para tal justificativa.

Percebe-se, que, em se tratando de história enquanto disciplina escolar, a partir da Constituição do Estado Brasileiro tornou-se um conteúdo constante do currículo da escola elementar. A Lei de 15 de outubro de 1827, única lei relativa ao ensino elementar como afirma Ribeiro (1989), estabelecia que, os professores ensinariam a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, gramática da língua nacional, princípios de moral cristã e de doutrina da religião Católica e Apostólica Romana. Ou seja, a História a ser ensinada compreendia História Civil articulada à História Sagrada: uma utilizava do conhecimento histórico como catequese, (instrumento de aprender a moral cristã) a outra utilizava-o para pretextos cívicos.

Diante disso, é possível afirmar que apesar das intenções legislativas a História aparecia como disciplina optativa do currículo nos programas das escolas elementares, somente em 1837 com a criação do Colégio Pedro II (Primeiro Colégio secundário do País, que apesar de público era pago e destinado às elites) se tornou disciplina autônoma. Entretanto, no final da década de 1870 o currículo das escolas primárias sofre novas reformulações visando criar um programa de História profana e eliminar a história sagrada, visando dessa vez a separação entre o Estado e a Igreja Católica e a ampliação de demais segmentos sociais. Fonseca (2003, p. 72) afirma:

Surge a precarização das escolas, as salas eram palco de práticas bastante simplificadas, as autoridades escolares exigiam dos professores, o cumprimento do ensino obrigatório composto de leitura e escrita, noções de gramática, princípios de aritmética e o ensino da doutrina religiosa, sendo raramente ensinadas as disciplinas facultativas, fazendo com que a História sagrada predominasse sobre a História Civil Nacional.

De fato, os métodos de ensino nas aulas de História eram baseados na memorização e na repetição oral dos textos escritos. Os materiais didáticos eram escassos, restringindo-se à fala do professor e aos poucos livros didáticos compostos segundo o modelo dos catecismos com perguntas e respostas facilitando a memorização. Assim sendo, ensinar História era transmitir os pontos estabelecidos nos

livros, dentro do programa oficial e considerava que aprender História reduzia-se, a saber, repetir as lições recebidas.

De fato, é possível afirmar que o ensino no Brasil inicialmente foi por influência dos jesuítas que de certo modo perduraram 210 anos, tendo seu marco final em 1759 quando Marques de Pombal acusa-os de conspirarem contra o reino e os expulsam de todo o território de domínio de Portugal. Com a ordem do Marques de Pombal de abolir as escolas jesuítas, foram sendo substituídas pelas Aulas Régias de latim, Grego e Retórica que não possuíam a mesma finalidade das aulas ministradas pelos jesuítas.

Com isso, a educação passou a ser direcionada somente para a elite, com aulas ministradas por um único professor, que possuía pouca formação e era muito mal pago, não sabendo assim que rumo seguir no ensino e nem quanto tempo cada aula duraria. As aulas Régias possuíam objetivo de suas disciplinas estarem relacionadas para a vida cotidiana do homem e a criação de um sistema escolar, com aulas avulsas. E o interesse das escolas que antes serviam para a fé, mudava para interesses do estado (ARANHA, 2006).

Diante desse quadro, no final do século XIX, com a implantação da República, surgem várias modificações no plano do currículo escolar, a História como afirma Fonseca passa a ocupar um duplo papel: o civilizatório e o patriótico, ao lado da Geografia e da Língua Pátria formando o tripé da nacionalidade, cuja missão seria modelar um novo tipo de trabalhador: o cidadão patriótico. (2003). A História da Civilização substituiu a História Universal e o Estado passou a ser visto como principal agente histórico condutor das sociedades ao estágio civilizatório.

De acordo com o documento Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação (BRASIL, 1997), a partir de 1930 com o esgotamento do modelo populista é instituído o Ministério da Educação e Saúde Pública, e a Reforma Francisco Campos que acentuou o poder central do Estado e do controle sobre o ensino. O ensino de História era idêntico em todo país, dando ênfase ao estudo de História Geral sendo o Brasil e a América apêndices da civilização ocidental.

Nas escolas, portanto, ao longo desse período poucas mudanças aconteceram em nível metodológico. Apesar das propostas da escola nova de substituir os métodos mecânicos pelos ativos, com aulas mais dinâmicas, centradas nas atividades do aluno, com realização de trabalhos concretos como construir maquetes, visitar museus, assistir filmes, comparar fatos, analisar fotografias, documentos da época etc., o que predominava era a memorização e as festividades cívicas que passaram a ser parte fundamental do cotidiano escolar. Ou seja, a prática da sala de aula continuou sendo a

de receitar “as lições de cor”, com datas e nomes dos atores considerados significativos da História como afirma Fonseca (2003).

Nessa perspectiva, com a consolidação dos Estudos Sociais substituindo o ensino de História ocorreu a partir da Lei nº. 5.692/71, durante o período militar, constituindo em fundamentos dos estudos históricos a Educação Moral e Cívica. Vale ressaltar, que a organização das propostas curriculares de Estudos Sociais, deveria respeitar a faixa etária do aluno desconsiderando sua história de mundo. No entanto, para compreender essa História o aluno deveria dominar, em princípio, a noção de tempo histórico que limitava-se a atividades organizadas em tempo cronológico e sucessão como datações, calendário, sequência passado – presente – futuro, contrariando o que de fato significa tempo histórico.

De modo que, tempo histórico, é o próprio desenvolvimento do percurso que a humanidade fez até o presente momento. Ou seja, é o que chamamos de “processo histórico” que dele podemos obter esclarecimentos sobre a forma de agir e pensar uma sociedade em um dado momento específico e não uma linha do tempo, amarrada a uma visão linear e progressiva para distinguir e fragmentar os períodos históricos de forma descontextualizada e vazia.

A pesquisadora Selva Guimarães Fonseca tem ressaltado em seus escritos que os anos imediatos ao pós-guerra a História passou a ser uma disciplina significativa pela política internacional na formação de uma cidadania para a paz (FONSECA, 2003). Escreve ainda Fonseca que: A UNESCO passou a interferir na elaboração de livros e propostas curriculares. No plano da educação, a História era substituída por Estudos Sociais perdendo o caráter cívico e moralizante (FONSECA, 2003). Em função disso, justifica-se o predomínio da visão norte-americana nos currículos brasileiros.

Já no decorrer dos anos 70 conforme afirmar os PCN (BRASIL, 1997), ganhou corpo as lutas pela volta de História e Geografia aos currículos escolares e a extinção dos cursos de licenciaturas em Estudos sociais. Ao longo dos anos 80, o currículo escolar foi questionado pela sociedade em comunhão com os movimentos sociais articulados, forçando mudanças no currículo formal.

Dessa compreensão, iniciaram-se as discussões, os métodos tradicionais de ensino foram questionados e introduziram-se a chamada História Crítica com o objetivo de desenvolver no aluno atitudes críticas, só que, apenas o nome “crítica”, as ações desenvolvidas na escola não ofereciam condições necessárias para tal uma vez que, os conteúdos eram muitos fechados e não oportunizava a problematização, prevalecendo assim, a visão tecnicista apolítica descontextualizada e vazia.

Nesta perspectiva, a partir dos anos 90 com a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) a disciplina de História retorna nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, porém, como disciplina autônoma. EMC, OSPB e EPB foram extintas. É importante salientar, que apesar dos avanços da Lei nº. 9.394/96 se configurou uma desqualificação do ensino de História. A transição do repetitivo para o reflexivo ficou ainda mais difícil e a ideologia continuou a mesma.

Pode-se dizer, então, que mesmo com a nova LDB 9.394/96 e com o documento Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História lançado oficialmente pelo Ministério da Educação (MEC) em 1997 afirmando que o ensino de História deve levar em conta a História do Brasil, as contribuições das diferentes culturas e etnias, existe uma separação entre a história ensinada e a história a ser ensinada.

Ainda assim, percebe-se, que em pleno século XXI, os professores de História reclamam muito da falta de interesse e apatia dos alunos tanto pelo professor quanto pela disciplina de História, perdem-se em meio a milhares de informações transmitidas na maioria das vezes quase que exclusivamente do livro didático, desprovidas de sentido, que eles não conseguem estabelecer relações entre aquilo que estudam em termos de conteúdos históricos e sua vida real. Ou seja, não se veem como sujeitos históricos, não se sentem participantes dessa construção justamente por não se vê e não se reconhecer nesse processo.

Por outro lado, os alunos também expressam suas insatisfações afirmando que, as aulas são chatas, os conteúdos são desinteressantes, as metodologias são muito técnicas, pura repetição do conteúdo do livro e os professores não fazem uma relação do passado à luz do presente, a vida cotidiana e o presente vivido em nada se aproximam de um passado inacessível e abstrato. Porém, há de considerar mesmo em meio a reclamações um avanço tanto em algumas práticas desenvolvidas por alguns professores, quanto por parte do desempenho da maioria dos alunos de questionar, de querer construir algo e não aceitar pronto etc.

Nesse sentido, ensinar e aprender a história do cotidiano (o local) e o global é parte do processo de (re) construção das identidades individuais e coletivas fundamentais para desenvolver no aluno/discente, atitudes e reflexões enquanto cidadãos críticos.

## **A construção da cidadania e as práticas no ensino de história no século XXI em tempos de pandemia de Covid-19**

Cidadania tem sido nos últimos tempos uma palavra bastante utilizada, por vezes até banalizada quanto ao contexto utilizado, um envelope vazio onde podem caber

tanto os sonhos de uma sociedade que respeita as diferenças, quanto uma sociedade dividida por interesses distintos. A palavra surgiu na Roma Antiga “[...] para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa podia exercer” (DALLARI, 2004, p. 10).

É importante afirmar que mesmo sendo uma palavra antiga existe vários questionamentos quanto a sua plenitude. No Período Colonial, por exemplo, não existia cidadania e sim súditos, no Período Imperial a sociedade ficou sob as ordens de um Imperador, como afirmar essa cidadania? Arendt (2000, p. 35) afirma que:

A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é dada. É um construído de convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do processo de acessão dos direitos humanos.

Desse modo, percebe-se que cidadania é uma condição que envolve não só direitos como também deveres. Ou seja, exige a participação do sujeito em todo o contexto no qual ele está inserido, gera expectativas no indivíduo pelas suas relações sociais e políticas, mas também concerne suas obrigações enquanto membro ativo e participante da sociedade o que não existia tanto no Período colonial quanto Imperial.

Diante disso, é fundamental ressaltar a necessidade de os indivíduos conhecerem os seus direitos e deveres, a fim de contribuírem para a construção da cidadania, mesmo tendo dificuldades de alcançar a condição de cidadão neste país, conforme mostra a obra de Gilberto Dimenstein, *O Cidadão de Papel* (São Paulo: Ática, 2005).

Paulo Freire, situava o conceito de cidadania no contexto de uma sociedade democrática e moderna, associando a autonomia. A cidadania e a autonomia são hoje duas categorias necessárias para a construção de uma sociedade melhor, além disso, constitui a base da identidade nacional. A cidadania é baseada numa pedagogia que efetive um ser humano completo, participante não só de políticas, mas também que seja envolvido com as questões sociais, humanas e ambientais.

Assim, a cidadania do século XXI necessita de ética e de esperança para que possa realmente haver uma transformação atual garantindo as gerações futuras uma qualidade de vida melhor. Nesse sentido, a escola precisa mudar a sua forma de trabalhar, mas, sozinha não muda, é preciso antes de qualquer coisa uma nova concepção de Estado, de educação e de diretrizes. A escola precisa passar de uma concepção tradicional, fragmentada, de interesses industriais, para uma concepção

transdisciplinar de educação, onde existam autonomia e aprendizagem colaborativa, onde todos podem “dizer a sua palavra” (Freire).

Destarte, até então, para educar, era necessária a presença do estudante e do professor no mesmo ambiente, e que somente assim era possível aprender, desenvolvendo conteúdo em sala de aula, utilizando recursos como, livros didáticos, giz, pincel, de repente, com o surgimento da pandemia da Covid-19 iniciado em março de 2020, os mesmos docentes são obrigados a se reinventar tecnologicamente para poder continuar exercendo seu ensino.

Desse modo, o primeiro semestre de 2020 marca uma nova era na educação, exige de forma rápida e imediata uma ressignificação dos métodos de sala de aula dando uma atenção especial para formação de professores em serviço, as tecnologias, o computador, o celular e a internet. O computador passa a ser uma ferramenta que auxilia o processo ensino/ aprendizagem na abordagem do cotidiano em sala de aula. Essa reinvenção foi possível graças o uso da tecnologia digital, como por exemplo, as salas virtuais para a continuidade das atividades escolares em tempos de distanciamento social.

Aulas online e encontros virtuais, e tornaram a realidade para alunos e professores, mesmo para aqueles que não estavam envolvidos no mundo digital. Diante do exposto, é possível perceber que, a escola em tempos de pandemia não se encontra preparada para lidar com tamanha complexidade, pelo contrário, há um despreparo tanto das instituições quanto dos profissionais, tendo que se reinventar de forma rápida, sem planejamento, visando minimizar os prejuízos, cada uma com um ritmo diferente, fazendo com que o aluno não se distancie do processo ensino aprendizagem e não perca o vínculo com a escola.

Uma dessas situações, por exemplo, foi o uso desenfreado das plataformas digitais, *Classroom, Meet, Zoom, Hangout*, etc., em que na maioria das instituições os profissionais não tinham acesso e muito menos sabiam usá-los, talvez porque a maioria não teve uma carga horária na sua Formação Inicial e/ou também por não ter formação continuada nesse sentido e ainda tais ferramentas não estarem presentes nas práticas diárias, sendo necessária a presença de um profissional capacitado para orientá-los.

Diante disso, uma das propostas de renovação no ensino de História, tem sido a solicitação para diversificar as fontes de linguagens no processo ensino e aprendizagem, que vem se aperfeiçoando desde o final do século XX com o desenvolvimento das tecnologias e a difusão da internet. Porém, é possível perceber que, ainda existem muitos profissionais lidando com a disciplina sem a formação básica

ou outra formação que não seja a licenciatura em História, o que de fato, distancia o processo daquilo que os pesquisadores almejam.

Além disso, é possível afirmar que nesse momento deve ser levado em consideração não somente as competências e habilidades de cada componente curricular, mas as competências gerais de aprendizagem, numa perspectiva de pensar uma nova escola pós-pandemia aliada às tecnologias, uma nova forma de acolhimento, realizar um planejamento diferenciado a partir de uma avaliação diagnóstica da aprendizagem de acordo com cada realidade de cada instituição, evitar a evasão escolar, uma vez que durante esse período de ausência de aulas presenciais, muitos alunos vão conseguir avançar mais, outros um pouco menos e é preciso fixar metas para que os prejuízos sejam menores.

Vale ressaltar que, a maioria das famílias dos alunos/alunas principalmente da rede pública não tem cultura escolar, horário nem lugar de fazer tarefas, não tem estrutura material para que o ensino de fato aconteça, algumas famílias, por exemplo, vivem em assentamentos, outras em comunidades ribeirinhas, quilombolas, zona rural etc. sem nenhum tipo de acesso as tecnologias (celular, computador, internet...).

Por outro lado, percebe-se ainda que, as crianças estão traumatizadas, com medo das modificações das práticas de convívio, das mudanças nas formas de comunicação, de cumprimentos uns aos outros e por isso a importância mais uma vez de repensar uma forma de acolhimento para todos, tanto uma pequena elite de escolas particulares que tem os recursos materiais e acompanhamentos nas aulas remotas como a maioria com diferentes situações, algumas já citadas.

Assim, como as tecnologias digitais nesse período de pandemia têm provocado mudanças na escola/ sociedade de modo geral, há que se considerar que a escola precisa ser redimensionada/reestruturada para atender as demandas atuais e futuras. Todavia requer a reavaliação do papel do professor, e conseqüentemente perpassa pela formação inicial dos professores, prepará-los para o uso eficaz das tecnologias no sentido de contribuir com o aluno no desenvolvimento da aprendizagem.

Diante desse contexto apresentado, um ambiente virtual de aprendizagem em História diz respeito a um conjunto de ferramentas disponíveis na internet, onde podem ser postados conteúdos e atividades online. Neste local também é permitido à interação dos alunos com os professores e entre eles, como por exemplo, a possibilidade de videoconferência e live ao vivo com o aplicativo google Meet entre outros.

Além disso, o aluno ainda pode realizar as atividades que foram solicitadas; debater ideias e acessar o conteúdo da disciplina; e ainda possibilita aos professores o

acompanhamento dos seus alunos, essencial para a compreensão do conteúdo cuja finalidade é simular uma sala de aula através da tela do computador sem precisar sair de casa.

Percebe-se que, ao longo dos tempos as tecnologias sempre existiram cada uma no seu tempo e em muitas situações alguns professores de História sempre desprezaram nas suas práticas, estando em consonância com as discussões trazidas por Sônia L. Nikitiuk, onde ela afirma que:

Um equívoco comum ao professor de História é o seu desprezo pelas tecnologias de ensino. O tecnicismo alienado dos anos 1970 gerou um preconceito burro em relação as tecnologias. Procurava-se à época “vender” a técnica como algo neutro. Deixaram de lado as questões políticas e sociais vividas pelo país e pouco se refletia sobre as correlações entre conteúdo a ser trabalhado e a técnica mais adequada (NIKITIUK, 2009, p. 60).

Entretanto, o trabalho pedagógico no ensino de História orientado pelo PCNs não indica o uso das tecnologias como ferramenta auxiliar para o professor em sua prática, o aluno ficará restrito à utilização de livros e outros documentos. Com a inserção desta no ensino de História vai, certamente, possibilitar aos alunos apropriarem-se de valores que os levem a compreender o passado bem como, fazer uma análise crítica do presente.

Portanto, a formação continuada sobre o uso das tecnologias na sala de sala, possibilita ao professor de História, utilizar as tecnologias como um dos recursos pedagógicos durante o seu planejamento diário. Parafreseando Sancho e Hernmandéz (2006) “[...] para que o uso das tecnologias signifique uma transformação educativa, os professores terão que mudar e redesenhar seu papel na escola atual”. De fato, o professor precisa está aberto a novos desafios e buscar, caso contrário, a “escola” permanecerá vivendo um retrocesso, sem conseguir responder as exigências da era tecnológica.

Ao longo dos tempos foi possível perceber outros contextos de pandemia, de gripe espanhola em 1918, de poliomielite, em Chicago em 1937, etc., mostrando que, a História não é estática, vem se repetindo. Além disso, as mesmas exigências quanto aos protocolos de saúde bem como, o uso de máscaras, distanciamento social e os alunos assistindo aulas remotas pelo rádio.

Figura 1 - Pandemias



Fonte: Imagens referentes a outras pandemias anteriores, extraída da revista de Educação, 1989.

## Considerações finais

O contexto da pandemia trouxe muitos desafios, em especial o uso das tecnologias em sala de aula. Ocorre que muitos professores ainda não se encontram habilitados para lidar com as tecnologias no ensino de História, posto que não tiveram conhecimentos suficientes em seus processos de formação.

Além disso, percebe-se que, os documentos oficiais ainda não contemplam o uso dessas ferramentas no dia a dia do professor, nem possibilita uma carga horária mínima nos currículos da educação básica. Portanto, a formação continuada em serviço, bem como, reestruturar os cursos de Formação Inicial contemplando uma carga horária para experimentar novas formas de ensino em história, é uma das sugestões de mudança dentro desse novo paradigma de meados dos anos 2020 do século XXI.

## Referências

Apostila de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> (**Regularização do Fluxo Escolar**) Módulo de História, 2003.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. São Paulo: Moderna, 2006.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 5. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. São Paulo: Ática, 1986.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História/Geografia**. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas: São Paulo, 6<sup>a</sup> edição, Papirus Editora, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo Cortez, 1997.

RIBEIRO, Maria Luiza. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1989.